

AJUDA MEMÓRIA DA REUNIÃO

REUNIÃO DIRETORIA COLEGIADA (DIREC) - CBHSF

Data: 17 e 18/10/2022

Local: Maceió/AL

Horário: 09h às 17h

Quadro resumo dos encaminhamentos anexo à Ajuda Memória

Participantes:

Nome		Instituição
1.	José Maciel Nunes de Oliveira	Presidente do CBHSF
2.	Marcus Vinícius Polignano	Vice-presidente do CBHSF (online) – apenas dia 17/10
3.	Almacks Luiz Silva	Secretário CBHSF
4.	Altino Rodrigues Neto	Coordenador CCR Alto SF
5.	Ednaldo de Castro Campos	Coordenador CCR Médio SF
6.	Cláudio Ademar da Silva	Coordenador CCR Submédio SF
7.	Anivaldo de Miranda Pinto	Coordenador CCR Baixo SF
Demais participantes		
8.	Thiago Campos	Agência Peixe Vivo
9.	Rúbia Mansur	Agência Peixe Vivo
10.	Manoel Vieira	Agência Peixe Vivo
11.	Deisy Nascimento	Comunicação do CBHSF (Tanto Expresso)
12.	Ângelo Lima	Observatório das Águas
13.	Melchior Nascimento	CTPPP/CBHSF – apenas dia 17/10

Dia 17/10

1. Abertura e verificação de quórum.

O Sr. Almacks Silva, Secretário do CBHSF, abriu a reunião após a verificação do quórum, agradeceu a presença de todos e passou a palavra para o Presidente, Sr. Maciel Oliveira, que falou sobre a importância da pauta, principalmente no que diz respeito a discussão sobre o POA. Logo após, passou a palavra aos presentes para as considerações iniciais.

2. Aprovação da memória da reunião DIREC realizada em 28 e 29 de julho de 2022

Em seguida, a memória da reunião anterior foi aprovada por todos sem a necessidade de inserções ou ajustes.

3. Informes: II Encontro de Pescadores Artesanais da BHSF, DN *Ad referendum* CG, DN *Ad referendum* CODEVASF

Sobre o Encontro de Pesca Artesanal, a Sra. Rúbia Mansur falou sobre a organização do evento e do processo de indicação dos participantes de cada estado. O Sr. Maciel Oliveira fez um relato sobre o evento e destacou o interesse e participação dos presentes nas discussões. O Sr. Altino Rodrigues falou sobre o compromisso dos pescadores e da expectativa dos mesmos sobre a possibilidade da realização de capacitações. O Sr. Almacks Silva falou que o convite deveria ter sido estendido para o Conselho Pastoral da Pesca e suas regionais. O Sr. Manoel Vieira falou que o convite havia sido realizado para o escritório regional de Buritizeiro/MG, que iriam proferir palestra sobre a regularização dos territórios pesqueiros, mas que na semana antes do evento disseram que não seria mais possível a participação do Conselho. O Sr. Altino Rodrigues também sugeriu que nas próximas oportunidades fosse feito o convite para o MAPA e a Secretaria de Aquicultura e Pesca. O Sr. Manoel Vieira falou que o convite também havia sido realizado a essas instituições, porém não houve resposta. Em seguida, iniciaram-se discussões sobre as DNs. O Sr. Almacks Silva lembrou sobre a situação do Poço da Cruz, onde se pagava os boletos da cobrança pelo uso da água e não havia água. Disse também que entende a situação dos perímetros, mas que a discussão deveria ser levada para que a ANA abra tratativas com a CODEVASF. O Sr. Anivaldo Miranda disse que esse assunto deveria ser levado para a CCR e o Sr. Maciel Oliveira disse que a competência de deliberação é do CBHSF e opinou que a cobrança deveria ser suspensa em 2023. O Sr. Almacks Silva falou sobre as deficiências da operação da CODEVASF e concordou que o assunto deveria ser discutido na CCR. O Sr. Marcos Polignano sugeriu que a Agência Peixe Vivo elaborasse uma Nota Técnica para respaldar ou não a solicitação do interessado. Nesse sentido, ficou decidido que a DN irá para plenária, mas que também deverá ser apresentada para discussão na reunião da CCR Baixo.

4. Minuta POA 2023 (documento será enviado após análise da CTPPP que irá se reunir no dia 07/10/2022)

O Sr. Melchior Nascimento falou do parecer da CTPPP sobre o POA e disse que a Câmara verificou se o POA 2023 estava alinhado com o PAP. O Sr. Marcos Polignano falou sobre a necessidade de uma avaliação mais criteriosa a respeito dos resultados obtidos nos projetos financiados pelo CBHSF. O Sr. Anivaldo Miranda falou sobre a importância de se discutir o POA em outras instâncias do CBHSF, uma vez que esta é uma prerrogativa do Comitê e que essa discussão deveria ter sido iniciada mais cedo. O Sr. Melchior Nascimento esclareceu que não existem óbices para essa discussão em outras instâncias, porém ela não é obrigatória, uma vez que a prerrogativa é da Diretoria Colegiada. Além disso, o POA é um instrumento que espelha o PAP, que já é amplamente debatido. O Sr. Anivaldo Miranda solicitou que fosse registrado em ata a sua insatisfação em

relação a discussão do POA ter sido iniciada apenas no mês de outubro. O Sr. Almacks Silva concordou, pela importância do tema, que a discussão sobre o POA seja iniciada mais cedo. A Sra. Rubia Mansur explicou que quanto antes o POA for discutido, mais falhas terão no planejamento. Entende que pode se começar a debater as ações, mas não os valores (orçamento), que é justamente o objetivo desse instrumento. Explicou que dependem inclusive do saldo do exercício anterior para planejamento e se tem uma melhor noção do saldo e previsão apenas a partir do último trimestre do ano. Além disso, deve ser levado em consideração a continuidade de projetos não finalizados, o que as vezes não se tem total garantia de conclusão antes desse período. Após mais algumas discussões, a primeira parte da reunião foi encerrada. Após o intervalo, o Sr. Thiago Campos iniciou a apresentação sobre o POA. Durante as discussões, algumas alterações já foram realizadas imediatamente no documento. O Sr. Marcos Polignano perguntou sobre o projeto arquitetônico do Museu do Velho Chico e se há perspectiva de continuidade de ações após a finalização do projeto. O Sr. Anivaldo Miranda disse que a ideia é a de continuidade, porém ressaltou a necessidade de que a Associação beneficiada deve buscar parcerias com outros interessados. Posteriormente, a DIREC solicitou análise de viabilidade de se remanejar recursos para atender a um programa de implantação de cisternas na região Semiárida. Dando-se continuidade a leitura do POA, o Sr. Anivaldo Miranda falou sobre a necessidade de se pensar na inauguração das grandes obras financiadas pelo CBHSF. Sobre a subação 2.2.4.10 – Estudo de viabilidade e levantamentos necessários para implantação da barragem Santa Isabel, o Sr. Anivaldo Miranda disse que o Comitê não aprovou estudo sobre implantação de barragens e que a concepção do projeto era outra. O Sr. Altino Rodrigues disse que a consultoria poderá gerar resultados que sejam do interesse do CBHSF para essa questão. O Sr. Marcos Polignano disse que tais estudos são necessários e que se deve avançar na proposição de alternativas, uma vez que assegurar a segurança hídrica das comunidades é um dever do Comitê. O Sr. Thiago Campos disse que fará uma adequação no título da subação. Em seguida, o Sr. Cláudio Ademar falou da importância de se prever orçamento para um projeto especial por CCR e o Sr. Ednaldo Campos concordou e sugeriu, para essa finalidade, que sejam remanejados recursos dos projetos não executados relacionados a FPI. O Sr. Marcos Polignano diz que o POA está muito pulverizado com relação aos recursos e locais de execução dos projetos e sugeriu se trabalhar em programas de maior envergadura para se deixar a ideia de projetos pequenos, sejam programas com projetos de abastecimento, de revitalização de bacias ou outros. A Sra. Rubia Mansur disse que existem projetos especiais de algumas CCRs que estão parados e entende que algo deve ser feito para o prosseguimento desses projetos antes de se aprovar novos projetos especiais. O Sr. Altino Rodrigues sugeriu se pensar algo nos moldes dos projetos de saneamento e que o CBHSF tem que ser mais exigente com a disponibilização dos recursos e com solicitações de contrapartidas. Disse também que é necessário que se faça uma varredura dos projetos não executados para que as CCR's possam

definir os encaminhamentos dos mesmos. O Sr. Thiago Campos disse que, de fato, haveria a necessidade de remanejamento de recursos para a execução de novos projetos, retirando-se, inevitavelmente, recursos de outras ações, talvez sendo necessário se fazer alterações no PAP, e, dessa forma, o assunto ser discutido em reunião Plenária. Falou também sobre as dificuldades que a Agência Peixe Vivo terá com a entrada de novos projetos e o que está previsto no POA é o considerado factível para execução em 2023.

Dia 18/10

A discussão iniciou-se a respeito da subação 3.1.2.20 – Serviços de protocolo digital – eProtocolo. A Sra. Rubia Mansur disse que o protocolo foi contratado há anos, com acesso aos membros da diretoria do CBHSF e Coordenadores das CTs, porém ninguém utilizou a ferramenta. O Sr. Anivaldo Miranda disse que ainda não conhece o serviço e que o mesmo precisa ser efetivado de fato. Após discussões sobre o sistema, foi definido que o protocolo continuará a ser utilizado e que deverá ser realizado um treinamento para os membros da Diretoria. E quando for contratada a empresa de software, que seja demandado um sistema específico para o CBHSF. O Sr. Almacks Silva solicitou que conste no POA informações sobre o compartilhamento dos recursos utilizados com outros CBHs para custeio, sendo essa uma sinalização das informações das porcentagens utilizadas nas mesmas. O Sr. Anivaldo Miranda sugeriu que fosse realizada uma ampla análise pela DIREC dos apoios que são concedidos pelo CBHSF a ações e eventos. O Sr. Cláudio Ademar sugeriu que sejam concedidos oito apoios por ano. A Sra. Rúbia Mansur pondera acerca do trabalho necessário para a concessão desses apoios e esclareceu que para se fazer alteração no número de apoios anuais, haverá a necessidade de alteração no PAP, salientou também que a APV tem deixado de atender prioritariamente o CBHSF pelo fato de estar atendendo as demandas dos apoios que a cada dia tem se tornado mais complexa. Além disso, explicou que o número de apoios (6 anuais) se baseou no histórico de apoios concedidos pelo CBHSF e na capacidade operacional da Agência Peixe Vivo. Salientou que nunca o CBHSF apoiou mais que 6 ações e entende que o que deve ser feito não é aumentar, mas melhorar a forma de seleção dos mesmos. Disse também que é uma necessidade urgente de se estabelecer limites de contratações de serviços e produtos nos apoios e atualização da Deliberação 83/2014. Dessa forma, a DIREC decidiu manter o número de apoios e que essa atualização seja pauta de reunião DIREC em 2023. Sobre o custeio da APV, o Sr. Almacks Silva solicitou que se reiniciasse o diálogo para reabertura dos escritórios regionais nas regiões do Submédio e Médio São Francisco. A Sra. Rúbia Mansur explicou que conversou com os funcionários para verificar o fluxo operacional de atividades dos escritórios regionais e que os mesmos não tinham atividades frequentes, além da rotina que eles conseguem fazer pelo Home-Office. Além disso, disse que o trabalho em home-office não trouxe qualquer prejuízo as atividades, sendo inclusive ampliado. O Sr. Altino Rodrigues sugeriu que sejam pensadas parcerias com

instituições nas respectivas regiões na tentativa de se viabilizar espaço para os escritórios. Os Srs. Cláudio Ademar e Ednaldo Campos estão de acordo com o reinício das tratativas para reabertura dos escritórios regionais. O Sr. Almacks Silva falou sobre a necessidade de reunião da DIREC com o Conselho de Administração da Agência Peixe Vivo e a Sra. Rúbia Mansur salientou que a APV fez o esforço de viabilizar a mobilização para esta reunião, sendo que por duas vezes o conselho da APV confirmou, mas por questões de agenda o CBHSF solicitou o cancelamento das reuniões. Diz que aguardará posição da DIREC sobre nova agenda para mobilizar o Conselho de Administração. A DIREC então ficou de propor data e pauta para a reunião. Em seguida, O Sr. Anivaldo Miranda propõe a elaboração de uma Resolução que defina os fluxos de tramitação do POA. O Sr. Thiago Campos disse que contratualmente a Agência Peixe Vivo não é obrigada a realizar a submissão do documento, porém, em termos de transparência, essa tramitação pode ser importante. A Sra. Rúbia Mansur fez ponderações e disse que o PAP deve passar pelas diversas instâncias, que o POA deve ser analisado pela Diretoria e que a elaboração de uma Resolução poderia burocratizar e trazer problemas nessa tramitação, diz também que os termos da DN já passam na CTIL (não entram no mérito dos projetos) e o próprio instrumento é analisado pela CTPPP e pela Diretoria do CBHSF. O Sr. Altino Rodrigues disse que a data de 31/05 é muito antecipada e que a CTIL não deveria fazer parte dessa discussão acerca dos projetos. O Sr. Anivaldo Miranda entende as ponderações, sendo definida a data de 31/08 como prazo para início da discussão do POA, sendo a Resolução do fluxo aprovada com ajustes.

5. Atividades CTs – status, demandas, pareceres

A Sra. Rúbia Mansur fez um apanhado geral sobre as atividades das CTs. O Sr. Ednaldo Campos perguntou sobre a continuidade dos trabalhos do aquífero Urucuia e a Sra. Rúbia informou que a CTAS ficou de enviar ofício para a DIREC com as proposições de encaminhamentos após a finalização dos estudos realizados no aquífero para que seja dada essa continuidade, mas até o momento não recebeu nenhum retorno da CT. Sugeriu que a Diretoria faça uma oficina de prestação de contas das atividades das CTs com os Coordenadores, sempre no final de cada exercício.

6. Indicação DIREX e CCRs para composição do GT PEA SF

Iniciou-se a discussão sobre as indicações e ficou definido que a Sra. Ohany Vasconcelos irá encaminhar um e-mail com todas as informações sobre o assunto, solicitando as indicações.

7. Estabelecimento da pauta de debate do CBHSF na ABRH Nordeste Caruaru e definição dos custeados (*deadline* 25/10/2022)

O Sr. Almacks Silva fez críticas ao fato do CBHSF não ter recebido convite para participação em nenhuma mesa redonda do evento. O Sr. Anivaldo Miranda falou sobre a solicitação de custeio de diárias para participação no evento feita pelo Prof. Carlos Alexandre Garcia, da Universidade Federal de Sergipe. Todos estiveram de acordo com o custeio e, além disso, ficou definida apenas a participação dos membros da Diretoria. Dado o número de inscrições disponíveis restantes que foram oferecidas pela organização do evento, a Sra. Rúbia Mansur solicitou que duas fossem cedidas para os funcionários da Agência Peixe Vivo que darão apoio ao *stand* do CBHSF. Não houve oposição a solicitação.

8. Estruturação da programação do Encontro dos CBHs Afluentes

A Sra. Rúbia Mansur apresentou uma minuta de programação e a mesma foi sendo alterada de acordo com as sugestões dos membros da DIREC. O Sr. Anivaldo Miranda propôs uma mesa redonda sobre os 25 anos da Lei nº 9433/1997 e sobre o PL nº 4546, sugerindo que se leve uma nota integrativa para apresentar no evento para dar início a discussão. Também entrará na pauta temas sobre os instrumentos de gestão na bacia do Rio São Francisco e sobre a proposta de criação do Fórum Nordeste de Comitês. O Sr. Cláudio Ademar apoiou a proposta. O segundo dia seria dedicado as apresentações dos estados (um representante por delegação estadual).

9. Questões FPI a Apoio: APV

A Sra. Rúbia Mansur fez um relato sobre as dificuldades enfrentadas pela Agência Peixe Vivo com relação aos apoios aprovados pelo CBHSF, principalmente com relação as dispensas de licitação. Disse que em muitas oportunidades as demandas chegam sem qualquer organização e isso demanda muito trabalho adicional, além da necessidade de se fazer muitos processos menores, o que dificulta operacionalmente o atendimento da proposta de forma mais célere. Para demonstrar o esforço necessário, foi feita uma apresentação das etapas necessárias até a aprovação e concretização do apoio. Falou novamente sobre a necessidade de atualização da Deliberação nº 83/2014, com, inclusive, limitação de dispensas para atendimento aos apoios. Em seguida, A Sra. Berenice Santos falou sobre algumas questões relacionadas a FPI e da importância de se seguir as normas já presentes na Resolução aprovada. Também falou sobre a necessidade de se atentar ao período de penalização por pendências existentes. Destacou dificuldades relacionadas aos dados enviados erroneamente, o que ocasiona muitos transtornos operacionais. O Sr. José Maciel disse que já estava em conversa com os Coordenadores para que se façam os ajustes necessários na organização. O Sr. Ednaldo Campos perguntou a respeito do número excessivo de custeados na FPI/SE o que está em desacordo com a Resolução DIREC. O Sr. José Maciel fez alguns esclarecimentos e disse que posteriormente poderia explicar com mais detalhes. O Sr. Altino Rodrigues solicitou que o assunto voltasse a ser discutido, principalmente com relação a FPI/MG.

10. Apoio: Expedição Médio SF (Lagoa de Itaparica)

O Sr. Ednaldo Campos falou sobre a proposta de apoio a mini expedição na Lagoa de Itaparica. A Sra. Rúbia Mansur e o Sr. Manoel Vieira fizeram algumas ponderações sobre a demanda e ficou definido que a Agência Peixe Vivo entraria em contato com o proponente para entender melhor a proposta e que a mesma seria apresentada em outra oportunidade.

11. Discussão sobre a minuta de resolução: diretrizes para elaboração dos planos de recursos hídricos de bacias hidrográficas e dá outras providências

O Sr. Ângelo Lima falou sobre a minuta de resolução das diretrizes para a elaboração do plano de recursos hídricos e disse que é importante se instituir um grupo para discutir a minuta e fazer propostas. Além disso, defendeu a realização do pacto nacional pelas águas. Disse também ser importante construir uma estratégia de mobilização em favor da gestão descentralizada e participativa das águas e acompanhar de perto a tramitação do PL nº 4546. O Sr. Almacks Silva disse que percebeu claramente a ligação da minuta de resolução com o PL nº 4546. O Sr. Maciel Oliveira sugeriu que a minuta fosse encaminhada para a CTPPP para que a Câmara possa se debruçar sobre um assunto e emitir um parecer.

12. Discussão sobre Estudo da cobrança pelo direito de uso de RH - CNI

O Sr. Anivaldo Miranda falou brevemente sobre o assunto e sugeriu encaminhar o estudo para a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança.

13. Assuntos gerais

O Sr. Maciel Oliveira falou sobre a proposta de apoio recebida para a realização do evento Carranca Musical, porém, após breve discussão, foi definido que o apoio não seria concedido nessa oportunidade. O Sr. Altino Rodrigues falou a respeito da falta de atualização do SIGA SF e da importância da constante atualização do sistema. O Sr. Thiago Campos disse que as providências para dar celeridade as atualizações já estão sendo tomadas.

14. Encerramento

Sem mais assuntos a tratar, o Sr. Almacks Silva agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Reunião realizada em Maceió/AL, 17 e 18 de outubro de 2022.



José Maciel Nunes de Oliveira
Presidente do CBHSF



Almacks Luiz Silva
Secretário do CBHSF

RESUMO DOS ENCAMINHAMENTOS

	ENCAMINHAMENTO	RESPONSÁVEL	PRAZO
01	Publicar Resolução DIREC – fluxo POA	GI/APV	imediate
02	Enviar demanda DIREC para a CTPPP – demanda sobre Resolução do CNRH sobre Planos de Recursos Hídricos	GI/APV	imediate
03	Enviar demanda DIREC para CTOC – estudo CNI	GI/APV	imediate
04	Pautar em reunião da DIREC em 2023: análise dos apoios, comunicação, Pacto das Águas, Indicadores FPI	GI/APV	Pautar em reunião em 2023
05	Nota Técnica da APV sobre a demanda da CODEVASF (DN CBHSF a ser pautada na reunião de Dez/2022)	GP/APV	imediate
06	Varredura dos projetos que não foram executados em 2022	GP/APV	imediate